

EFICÁCIA DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE NO TRATAMENTO DAS PERSONALIDADES ANTISOCIAIS

FREEDOM OF PRIVATE FEATHER EFFICIENCY TREATMENT OF PERSONALITY ANTISOCIAL

Ariane Defendi VICENTINI¹
Florestan Rodrigo do PRADO²

RESUMO

O presente trabalho objetiva realizar uma análise acerca da eficácia para as personalidades antissociais, da principal sanção penal aplicada em nossa legislação pátria, qual seja, pena privativa de liberdade. Para isto, inicialmente foi realizado um breve estudo sobre as pessoas portadoras do transtorno de personalidade antissocial, a fim de ser abordado, de forma mais detalhada, a imputabilidade penal de tais sujeitos, uma vez que, a constatação desta influenciou diretamente no tipo de sanção penal aplicada. Demonstrou-se que nos dias atuais ainda paira grande divergência acerca da capacidade de autodeterminação das personalidades antissociais e da possibilidade de tratamento, fato que prejudica ainda mais as tentativas de reinseri-los na sociedade. Abordou-se ainda a pena privativa de liberdade em seu aspecto prático, demonstrando a ineficácia de tal medida para as pessoas comuns, não só devido as mazelas do sistema carcerário, mas pela própria essência de tal pena, que pretende ressocializar, segregando. Por fim, foi possível a constatação que tal sanção penal não possui o condão de ressocializar e tratar nem mesmo as pessoas comuns, que dirá as personalidades antissociais, uma vez que para estes sujeitos, não há tratamento eficaz conhecido pelos especialistas da área médica.

Palavras-chave: Personalidade Antissocial; Alta Periculosidade; Imputabilidade Penal; Privação da Liberdade.

ABSTRACT

This study aims to carry out an analysis of the effectiveness for anti-social personalities, the main penalty applied in our country legislation, namely, deprivation of liberty. For this, was initially conducted a brief study of people living with antisocial personality disorder, in order to be addressing, in more detail, the criminal responsibility of such subjects, since the finding of this influenced directly on the type of sanction criminal applied. It has been shown that nowadays still looms large divergence about the self-determination capacity of antisocial personalities and the possibility of treatment, a fact that further undermines attempts to reintegrate them into society. It addressed also the deprivation of liberty in its practical aspect, demonstrating the ineffectiveness of such a measure for ordinary people, not only because of the sore spots of the prison system, but the very essence of such penalty, you want to re-socialize, segregating. Finally, the finding that this penalty does not have the power to re-socialize and treat even ordinary people is possible, let alone the antisocial personality, since for these subjects, there is no known effective treatment by medical experts.

Keywords: Antisocial Personality; High Hazard; Criminal liability; Deprivation of Liberty.

¹ Discente do 5º ano do curso de Direito do Centro Universitário “Antônio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente. E-mail: ariane.dv@hotmail.com

² Mestre em ciências jurídicas pela Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP. Professor de Direito Penal, Prática Penal e de Medicinal Legal do Centro Universitário Toledo de Presidente Prudente - SP, Advogado Público da Funap – SP. E-mail: florestan_prado@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Nosso legislador pátrio institui como principal sanção penal para ser aplicada àqueles que cometem delitos, a pena privativa de liberdade, a qual tem caráter punitivo e preventivo, visando punir e ressocializador o delinquente.

Ocorre que, é certo que nos moldes em que tal sanção é aplicada, esta é dotada de total ineficácia quanto aos transgressores comuns, e com maior razão, é ineficaz perante os criminosos portadores do transtorno da personalidade antissocial, já que estes não aprendem com a experiência, não possuem sentimentos, nem sentem remorso, e não há tratamento eficaz conhecido para tratar tal enfermidade.

Trata-se de tema relevante, já que, na medida em que a pena privativa de liberdade não atinge os objetivos para os quais foi criada no que tange às personalidades antissociais, ela viola não só os direitos fundamentais daqueles que a cumprem, como afetam de forma prejudicial a sociedade, já que, não tratados e ressocializados, esses transgressores voltarão a delinquir.

A pesquisa enfocou a descrição das personalidades antissociais e da pena privativa de liberdade, visando demonstrar a total ineficácia desta no tratamento e reinserção de tais indivíduos na sociedade.

Para isso, inicialmente discorreu-se sobre as características, imputabilidade e possibilidade de tratamento das personalidades antissociais. Após, fez-se uma análise da pena privativa de liberdade, onde se demonstrou a ineficácia de tal sanção no tratamento e ressocialização das pessoas comuns, ante as graves afrontas aos direitos fundamentais dos internos e pela própria estrutura intrínseca ao sistema.

Para concluir este trabalho, discorreu-se sobre a ineficácia da pena privativa de liberdade especificamente para com as personalidades antissociais, explicando os motivos de tal afirmativa.

Dentre os métodos de pesquisa para o desenvolvimento deste trabalho acadêmico, adotou-se o método dedutivo, de forma que se visou demonstrar, inicialmente, aspectos gerais das personalidades antissociais e da pena privativa de

liberdade, para, em um segundo momento, ser possível concluir pela ineficiência em atingir os fins a que tal medida se destina.

Quanto à técnica, recorreu-se às lições oriundas da mais variada doutrina de direito penal, direito processual penal, criminologia e psiquiatria, bem como se buscou amparo na legislação e jurisprudência pátria.

1. TRANSTORNO DA PERSONALIDADE ANTISSOCIAL

O presente capítulo visa abordar os aspectos gerais do transtorno da personalidade antissocial, a fim de que em um segundo momento, seja possível analisar sua imputabilidade penal e eficácia da pena privativa de liberdade frente a tais criminosos.

1.1 Características das personalidades antissociais

Inicialmente, cabe ponderar que a nomenclatura utilizada neste trabalho para designar o transtorno popularmente conhecido como “psicopatia” é a adotada pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM V, produzido pela Associação Americana de Psiquiatria, qual seja, Transtorno de Personalidade Antissocial. Contudo, há a ressalva de que esta não é a única utilizada pela doutrina médica, ao contrário, diversos estudiosos, ao longo dos anos, adotaram nomenclaturas diferentes para designar o mesmo transtorno.

Nesse sentido, a exposição de França (2011, p. 499) elucida com maestria a divergência:

(...) os semiloucos de Grasset, os oligofrênicos morais de Bleuler, os degenerados de Magnan, os fronteiriços, os desequilibrados afetivos, a estupidez moral de Baer, a acronotopsia moral de Lepman, o complexo sintomático anético de Albrecht, a “*moral insanity*” de Pritchard e a personalidade psicopática de Kurt Schneider. [grifo do autor]

Desse modo, apesar das divergências expostas, a designação adotada é aquela dada pela Associação Americana de Psiquiatria, em razão da relevância que tal trabalho possui no diagnóstico desses seres.

Pois bem, ao longo do tempo, diversos conceitos foram fornecidos pelos estudiosos para definição do transtorno da personalidade antissocial. Apesar de diferentes, todos têm um ponto em comum, narram um perfil transgressor.

Dentre essa infinidade de conceitos, destaca-se um em particular, por ter sido o mais difundido, embora seja extremamente superficial. Trata-se da definição dada por Kurt Schneider (1923 apud MARANHÃO, 1991, p. 79):

As personalidades psicopáticas são personalidades anormais, cujo caráter anormal lhes faz sofrer ou faz sofrer a sociedade'. E acrescenta: 'Os psicopatas são personalidades *anormais* que em função do *caráter anormal* de sua personalidade, mais ou menos marcadas segundo as situações, as coloca, em todas as circunstâncias, em conflitos externos e internos. [grifos do autor].

Com efeito, insta consignar que mais importante que o conceito, é explorar as características das personalidades antissociais, eis que estas darão embasamento para futura análise da imputabilidade penal, bem como da eficácia da pena privativa de liberdade para com esta categoria especial de criminosos.

A total ausência de remorso é uma das características de maior destaque das personalidades antissociais. Estas são absolutamente indiferentes para com o mal que causam a outrem, costumando culpar a vítima pelo mal que fazem a ela (ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA, 2014, p 660).

Apresentam também pobreza de emoções, possuindo reações emocionais simples e primitivas. Destarte, não sentem amor, compaixão e nem outros sentimentos como as outras pessoas. Entretanto, são capazes de simular ligações emocionais quando do seu interesse (KARPMAN, 1961 apud HARE, 1973, p. 05).

O canadense Robert Hare (2009, s.p), ao responder a uma pergunta da entrevistadora Laura Diniz, expõe brilhantemente sobre as emoções de um sujeito com personalidade antissocial:

[Laura Diniz]: Um psicopata não sente amor?

[Robert Hare]: Acredito que sim, mas da mesma forma como eu, digamos, amo meu carro – e não da forma como eu amo minha mulher. Usa o termo

amor, mas não o sente da maneira como nós entendemos. Em geral, é traduzido por um sentimento de posse, de propriedade. Se você perguntar a um psicopata por que ele ama certa mulher, ele lhe dará respostas muito concretas, tais como "porque ela é bonita", "porque o sexo é ótimo" ou "porque ela está sempre lá quando preciso". As emoções estão para o psicopata assim como o vermelho está para o daltônico. Ele simplesmente não consegue vivenciá-las.

Outra característica é a impulsividade e desejo de excitação. As personalidades antissociais agem guiadas por seus impulsos, buscando sempre seus próprios prazeres, independente das regras sociais (MCCORD E MCCORD, 1966 apud MARANHÃO, 1991, p. 85-86).

Demonstram, ainda, agressividade e irritabilidade, o que pode ser aferido por espancamento do cônjuge ou filhos. Agressões a animais ou pessoas, roubos, destruição de propriedade, fraudes, dentre outros, também são práticas comuns entre esses indivíduos (ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA, 2014, p 660).

Causam encanto superficial em quem os conhece, eis que, geralmente, são dotados de boa inteligência e eloquência. São mentirosos contumazes, e extremamente egocêntricos. Possuem ainda, uma deficiência na capacidade de aprender com a experiência, sendo esta uma das principais razões pelas quais a pena privativa de liberdade não produz nenhum efeito quanto à prevenção de novos delitos por parte desta categoria especial de transgressores (CLECKLEY apud HARE, 1973 p. 04-05).

As personalidades antissociais são irresponsáveis e possuem descaso pela própria segurança e de terceiros, fatos estes que podem ser evidenciados por diversas faltas injustificadas no trabalho, abandono de vários empregos, inadimplência, incapacidade de se sustentar e aos seus dependentes, comportamento perigoso na direção de veículo automotor, múltiplos acidentes e uso excessivo de substâncias tóxicas (ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA, 2014, p 660).

O raciocínio lógico das personalidades antissociais, contudo, permanece preservado. Nesse sentido, Kaplan e Sadock (1984, p. 429) esclarecem que tais sujeitos, diferente dos portadores de outras doenças mentais, não possuem pensamento irracional nem delírios, ao contrário, possuem inteligência, por vezes, acima da média.

Cabe ainda destacar que as características também não são consenso entre os especialistas. Mas, ainda há certa concordância, e visando apurá-la, os pesquisadores Gray e Hutchison enviaram um questionário a 937 psiquiatras, dos quais 667 responderam, no qual deveriam escolher, dentre as características das personalidades antissociais listadas, somente dez, enumerando-as por ordem de importância. Segundo Gray e Hutchison (1964 apud HARE, 1973, p. 08), as escolhidas foram as seguinte:

- 1) não aprende com a experiência; 2) falta-lhe senso de responsabilidade;
- 3) é incapaz de estabelecer relações significativas; falta-lhe controle sobre os impulsos; 5) falta-lhe senso moral; 6) crônica ou periodicamente anti-social; 7) punição não altera o comportamento; 8) emocionalmente imaturo;
- 9) incapaz de sentir culpa; 10) egocêntrico.

Destarte, possível concluir que apesar das variantes, as características mais marcantes das personalidades psicopáticas mantêm-se em conformidade entre os médicos da área, quais sejam, incapacidade de sentir culpa, de aprender pela experiência e pobreza de emoções.

Por fim, necessário ressaltar que nem todos os indivíduos que aparentemente possuem os traços acima mencionados são portadores do transtorno de personalidade antissocial. Podem ter sido inseridos em um ambiente que estimula atitudes antissociais, agindo de acordo com seu grupo (HARE, 1973, p. 07).

1.2 Tratamento das personalidades antissociais

A maioria dos psiquiatras não crê na possibilidade de tratamento das personalidades antissociais. No caso de Cleckley, essa descrença deve-se às experiências clínicas com as formas tradicionais de psicoterapia, as quais foram frustradas. Os resultados das terapias biológicas, tais como, neurocirurgia, eletrochoque e uso de algumas drogas, também não se mostraram diferentes (HARE, 1973, p. 97). Destarte, elucida Cleckley (1964 apud HARE, 1973, p. 97):

Permaneci desencorajado durante muitos anos sobre a eficácia do tratamento do psicopata. Tendo falhado regularmente em meus próprios

esforços de ajudar tais pacientes a alterar seu padrão fundamental de atividade e inadequação social, julguei por um momento, que outros tratamentos poderiam ser bem sucedidos. Tive oportunidade de lidar com pacientes tratados por psicanálise, por psicoterapias psicanaliticamente orientadas, por terapias de grupo e ambientais, e por outras variações do método dinâmico. Vi pacientes que foram tratados durante anos e anos. Sei também de casos em que não apenas o paciente, mas também vários membros de sua família foram prolongadamente tratados por psicoterapia. Nenhuma destas medidas me convenceu quanto à eficácia de seus resultados. Os psicopatas continuavam a se comportar do mesmo modo que antes da terapia.

Sob a perspectiva de que o transtorno da personalidade antissocial é causada por alterações fisiológicas e não por influência do ambiente, Posterli (apud FRANÇA, 2011, p. 499) afirma que: “como a grave alteração de conduta lhes é disposicional (constitucional), significa serem incorrigíveis os psicopatas. Logo, as personalidades psicopáticas nascem, vivem e morrem psicopatas”.

No contrafluxo dos psiquiatras supra, Kaplan e Sadock (1984, p. 430) afirmam que é possível tratar as personalidades antissociais:

Se as personalidades anti-sociais estiverem imobilizadas, ou se estiverem cercadas de companheiros compreensivos (...), tornam-se apenas muito humanas. Uma vez a personalidade anti-social sinte-se entre iguais, desaparece sua falta de motivação para mudar. Talvez seja por esta razão que, para aliviar essas desordens, os grupos de auxílio mútuo se tenham mostrado mais úteis que as prisões ou os hospitais psiquiátricos.

Da mesma forma, a psicóloga norueguesa Aina Sundt Gullhaugen (apud ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA, 2012, s.p.), após anos de estudos sobre o tema, defende que as personalidades antissociais podem sim serem tratados, devendo a terapêutica focar na vida emocional destes, uma vez que entende que o transtorno adviria justamente das experiências traumáticas e dolorosas vividas na infância.

Apesar da discordância, aqueles que creem na possibilidade de tratamento das personalidades antissociais são vozes isoladas. A ampla maioria dos pesquisadores do tema afirma não ser possível tratar este transtorno. Com efeito, sendo possível ou não tratá-lo, certo mesmo é que nos dias atuais não há um tratamento eficaz conhecido pela área médica.

2. Imputabilidade penal

O presente capítulo objetiva, inicialmente, fornecer as bases para entendimento da imputabilidade penal, nos ditames da nossa legislação atual, para, em um segundo momento, analisar a imputabilidade penal das personalidades antissociais.

2.1 Considerações iniciais

O conceito analítico de delito traz em seu bojo os elementos que compõe o próprio delito. Assim, a definição analítica depende das partes nas quais decompõe-se a infração. Parte da doutrina, como Cezar Roberto Bitencourt (2012, p. 270) e Luiz Regis Prado (2011 p. 297), adota o critério tripartido, pelo qual divide-se a infração em três partes: fato típico, antijuridicidade e culpabilidade. Com efeito, o conceito de delito, de acordo com a definição analítica e pela postura tripartida, é o seguinte: delito é um fato típico, antijurídico e culpável.

Desse modo, para configuração do delito é necessário que um agente pratique uma conduta descrita pela lei penal incriminadora, não podendo o mesmo estar acobertado por uma das excludentes de ilicitude, quais sejam, legítima defesa, estado de necessidade, estrito cumprimento do dever legal e exercício regular de um direito, devendo ainda o agente ser culpável. Para analisar este último requisito, faz-se necessário averiguar os elementos da culpabilidade, que são os seguintes: potencial consciência da ilicitude, exigibilidade de conduta diversa e imputabilidade.

Com a exposição supra evidencia-se que a imputabilidade penal é elemento da culpabilidade, que por sua vez, integra uma das partes do delito. Destarte, para que haja a configuração do delito, é necessário que o agente praticante da conduta típica e antijurídica seja imputável.

Segundo os doutrinadores Julio Fabbrini Mirabete e Renato N. Fabbrini (2013, p. 149-150) imputabilidade: “é aptidão para ser culpável, pressuposto ou

elemento da culpabilidade; imputável é aquele que tem capacidade de entender o caráter ilícito do fato e de determinar-se de acordo com esse entendimento”.

Assim, para o agente ser imputável, depende de dois requisitos. O primeiro é o intelectual, ou seja, o agente tem que ter a capacidade psicológica e mental de entendimento da ilicitude do fato. O segundo é a volição. O agente deve, além de compreender, ter domínio sobre a sua vontade, ou seja, ser capaz de autodeterminar-se.

Existem três critérios para análise da imputabilidade do infrator: biológico, psicológico e biopsicológico.

Pelo critério biológico, é inimputável o agente portador de alguma doença mental ou que possua desenvolvimento incompleto ou retardado. Assim, basta que o psiquiatra diagnostique tal condição para que o indivíduo seja caracterizado inimputável, independentemente da doença ou deficiência afetar efetivamente a capacidade de compreensão ou autodeterminação (HERCULES, 2008, p. 658).

Pelo sistema psicológico, o psiquiatra deve analisar se o agente, no momento da prática da conduta delituosa, era capaz de entender a ilicitude do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento. Destarte, por esse sistema, basta a incapacidade intelectual ou volitiva para caracterização da inimputabilidade, pouco importando a saúde mental do criminoso. Nesses ditames, até mesmo a emoção, se fosse violenta a ponto de suprimir totalmente os sentidos, seria capaz de conduzir à exclusão da imputabilidade (HERCULES, 2008, p. 658).

Por fim, o critério biopsicológico traz elementos dos dois sistemas supra. É necessário tanto que haja a causa geradora prevista em lei (doença mental e desenvolvimento mental incompleto ou retardado), quanto que esta, no momento da prática delitiva retire do agente sua capacidade de compreender a ilicitude da conduta ou de determinar-se de acordo com esse entendimento (PRADO, 2011, p. 479).

2.2 Causas de inimputabilidade e suas consequências jurídicas

O atual Código Penal Brasileiro define como inimputáveis os menores de 18 anos, os portadores de doença mental ou desenvolvimento mental incompleto

ou retardado que ao tempo da conduta criminosa eram inteiramente incapazes de entender o teor ilícito da conduta ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, e os completamente embriagados, cuja embriaguez tenha sido proveniente de caso fortuito ou força maior e retire dos mesmos o entendimento e autocontrole.

Em seu art. 27, o Código Penal instituiu como inimputáveis todos os menores de 18 anos. Assim, ainda que no plano real tenham plena consciência e autocontrole acerca da ilicitude do ato, há presunção absoluta da inimputabilidade.

Destarte, evidente fica que o legislador optou pelo critério biológico para com os menores de 18 anos. Aqui o que importa é a causa, qual seja, a menoridade, independente se esta afeta ou não a capacidade de entendimento ou autodeterminação dos menores (BITENCOURT, 2012, p. 468).

O art. 26 do Decreto-Lei nº 2.848/1940 define como inimputáveis os indivíduos portadores de doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, desde que esses, à época da conduta, tenham tido sua capacidade intelectual ou volitiva inteiramente afetada em razão da moléstia. Assim, evidente que nesses casos, o legislador optou pelo critério biopsicológico.

Doença mental, nos dizeres de Prado (2011, p. 481): “é uma alteração mórbida da saúde mental, independentemente de sua origem”. Este cita ainda como exemplo a paralisia cerebral progressiva, esquizofrenia e demência senil paranoia.

O desenvolvimento mental incompleto abrange os indivíduos que ainda não tem seu psíquico totalmente desenvolvido, seja pela pouca idade, seja pela inexistência de convivência em sociedade. Estes últimos, chamados de silvícolas. Por fim, quando o Código Penal cita os agentes com desenvolvimento mental retardado, refere-se aos sujeitos cujo estado psíquico em que se encontram não é compatível com a idade cronológica, e ao contrário dos primeiros, jamais atingirão a plena capacidade. Nessa categoria se encaixam os oligofrênicos (débeis mentais, imbecis e idiotas) e os surdos-mudos (MIRABETE; FRABBRINI, 2012, p. 150).

Conforme supra mencionado, adotou-se o critério biopsicológico para aferição da inimputabilidade nos casos de doença mental e desenvolvimento mental incompleto ou retardado. Assim, necessário frisar não basta que o agente seja portador da moléstia, necessário ainda que esta retire do mesmo, ao tempo da conduta ilícita, a inteira capacidade de entendimento e autodeterminação.

A embriaguez, prevista no art. 28, §1º do Código Penal como hipótese inimputabilidade, é definida por Luiz Reis Prado (2011, p. 483) da seguinte forma:

(...) consiste em um distúrbio físico-mental resultante de intoxicação pelo álcool ou substâncias de efeitos análogos, afetando o sistema nervoso central, como depressivo/narcótico.

Não basta que o agente esteja embriagado para exclusão de sua imputabilidade. É necessário que a embriaguez seja acidental, ou seja, provenha de caso fortuito ou força maior. O primeiro diz respeito a uma situação excepcional, em que não há vontade do agente e nem sua previsão. Já o segundo diz respeito à inevitabilidade, trata-se de uma força externa ao agente (PRADO, 2011, p. 483). Por fim, a embriaguez também deve ser completa. Assim, o indivíduo deve ter sua capacidade intelectual ou volitiva totalmente afetada, de modo a perder a integral compreensão do ambiente que o rodeia (GRECO, 2009, p. 405).

Com exceção dos menores de 18 anos, os quais submetem-se ao Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990) e não cometem crime, mas ato infracional, os inimputáveis são processados e julgados como qualquer imputável, só que ao final do processo, restando comprovado que cometeram um ato típico e ilícito, o qual só não é culpável por ausência de imputabilidade, estes são obrigatoriamente absolvidos. Entretanto, trata-se de uma sentença de absolvição imprópria, visto que, apesar de não cumprirem pena, a eles é aplicada medida de segurança (MIRABETE; FRABBRINI, 2012, p. 151).

A aplicação da medida de segurança dá-se com base no juízo de periculosidade, definido como: “um estado subjetivo mais ou menos duradouro de antisociabilidade” (BITENCOURT, 2012, p. 840). O Código Penal, em seu art. 97, “caput” presume, de maneira absoluta, que o inimputável que pratica conduta típica e ilícita é perigoso, assim, determina que a ele seja sempre imposta medida de segurança.

2.3 Imputabilidade diminuída e suas consequências jurídicas

Entre a imputabilidade e a inimputabilidade há ainda uma terceira categoria, os chamados fronteirços. Trata-se de indivíduos portadores de doenças

mentais ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, que em razão da moléstia, não são inteiramente capazes de entender o caráter ilícito da conduta ou de determinar-se de acordo com esse entendimento (BITENCOURT, 2012, p. 473).

Assim, a diferença para com os inimputáveis reside no grau em que é diminuída a capacidade intelectual e volitiva. No caso dos inimputáveis, a moléstia lhes tira totalmente essas capacidades. Já no caso dos “semi-imputáveis” não, ela apenas diminui a capacidade de entendimento e autodeterminação. Dessa forma, nesses últimos ainda subsiste imputabilidade, mas a censura às suas condutas é menor do que no caso dos imputáveis, por isso devem ter suas penas reduzidas de um a dois terços, conforme artigo 26, §único e artigo 28, §2º, ambos do Código Penal (PALOMBA, 1992, p. 38-39).

Uma vez detectada a semi-imputabilidade, não há sentença de absolvição imprópria como no caso dos inimputáveis, ao contrário, a condenação é medida que se impõe. Entretanto, o juiz deve aplicar, conforme acima exposto, uma redução de um a dois terços da pena, devido à menor censurabilidade da conduta (PRADO, 2011, p. 482).

Com efeito, apesar dos semi-imputáveis terem a capacidade intelectual ou volitiva apenas afetada, e por isso a possibilidade de aplicação de pena reduzida aos mesmos, pode acontecer de certos semi-imputáveis necessitarem de tratamento para cura ou controle da moléstia. Assim, a pena não será a melhor medida a ser aplicada. Desse modo, nesses casos em que o exame pericial recomendar, desde que o juiz concorde, poderá este substituir a pena reduzida por medida de segurança, nos ditames do art. 98 do Código Penal que assim dispõe (PRADO, 2011, p. 482).

2.4 Imputabilidade das personalidades antissociais

A imputabilidade das personalidades antissociais, como todas as outras questões envolvendo os mesmos, divide opiniões.

Predomina entre os especialistas, tais como José Alves Garcia (1942, p. 418) e Hélio Gomes (2004, p. 536), que esses seres devem ser considerados semi-imputáveis. Genival Veloso França (2011, p. 501) também segue a mesma linha, defendendo que a pena é totalmente inadequada para recuperação e

ressocialização das personalidades psicopáticas, devendo estes serem submetidos a tratamento médico-psiquiátrico.

Da mesma forma, Delton Croce e Delton Croce Júnior (1996, p. 553) afirmam que as personalidades antissociais possuem uma irregularidade psíquica, devendo ser enquadrados como semi-imputáveis, e se necessário, recolhidos em hospital de custódia para tratamento.

Com efeito, a maior parte da comunidade médica entende que os sujeitos portadores do transtorno preservam seu grau de entendimento intacto, contudo, a capacidade de autodeterminação resta comprometida, devendo estes indivíduos serem reconhecidos como semi-imputáveis.

Na contra-mão deste entendimento uma minoria de especialistas, tais como Jorge Trindade (2009, p. 137):

Reafirmamos nosso entendimento no sentido de que a psicopatia, enquanto doença moral, não altera a capacidade intelectual. O sujeito psicopata mantém hígida a capacidade de entender o caráter ilícito do fato que pratica. (...). A menos que (...) a capacidade cognitiva e a capacidade volitiva sejam, uma ou a outra, ou ambas, comprometidas por algum outro fator interveniente ou associado, psicopatas são plenamente capazes de responder juridicamente por seus atos, não se encontrando, em tese, ao abrigo do artigo 26 do Código Penal, seja na forma da inimputabilidade, seja na condição de semi-responsabilidade penal.

Se entre os doutos médicos e pesquisadores a questão não é pacífica, na jurisprudência não poderia ser diferente. Isso porque, quando o juiz tem dúvidas sobre a saúde mental de um réu, ele instaura um incidente de insanidade mental, onde apura-se, por meio de complexo laudo pericial, a imputabilidade do acusado. Esses laudos periciais são elaborados por profissionais especializados da área médica, seara na qual paira incertezas no que tange à imputabilidade das personalidades antissociais, conforme exposição supra. Desse modo, os laudos periciais, por consequência, irão refletir essas discordâncias.

Ademais, conforme exposto no capítulo anterior, alguns profissionais da área médica acreditam na possibilidade de tratamento das personalidades antissociais, razão pela qual apontam a medida de segurança como indicada para os casos em que se diagnostica um criminoso como portador de tal transtorno. Já outros profissionais possuem opinião no sentido oposto.

Nesse contexto, cabe ressaltar que os magistrados possuem liberdade para apreciação das provas, de acordo com disposição do artigo 182 do Código de Processo Penal. Entretanto, como não tem conhecimento vasto na área psiquiátrica e os laudos são elaborados por profissionais que o possuem, via de regra, os juízes aceitam o laudo psiquiátrico. Desse modo, concluindo a perícia pela imputabilidade ou semi-imputabilidade e indicando ou não medida de segurança, provável que a decisão do magistrado seja nesse mesmo sentido.

Entretanto, nem sempre os magistrados aceitam a conclusão das perícias. Os juízes possuem grande resistência em reconhecer a semi-imputabilidade de um réu, principalmente nos casos de delitos violentos, porque tal conclusão implica na redução de sua pena. Trata-se de outro fator que agrava ainda mais as divergências no tratamento jurídico das personalidades antissociais.

Destarte, existem decisões dos magistrados nos mais diversos sentidos. Nos julgados abaixo, por exemplo, os juízes reconheceram a semi-imputabilidade dos réus identificados pelos peritos como portadores do transtorno da personalidade antissocial:

Os psicopatas são enfermos mentais, com capacidade parcial de entender o caráter criminoso do ato praticado, enquadrando-se, portanto, na hipótese do parágrafo único do art. 22 (art. 26 vigente) do CP (TJSP. RT 550/303).

A personalidade não se inclui na categoria das moléstias mentais, acarretadoras da irresponsabilidade do agente. Inscreve-se no elenco das perturbações da saúde mental, em sentido estrito, determinantes da redução da pena. (TJMT. RT 462/409/10).

Já no caso notório do motoboy Francisco de Assis Pereira, decisão diversa foi tomada. Este, entre os anos de 1997 e 1998, na região sul da cidade de São Paulo, no Parque do Estado, estuprou e matou cerca de dez mulheres e roubou e violentou outras nove. O motoboy se apresentava como um fotógrafo e as convencia a subir na garupa de sua moto e ir até o parque para uma sessão fotográfica (GLOBO, 2014).

Apesar do laudo pericial realizado em Francisco de Assis Pereira constatar ser este portador de Transtorno de Personalidade Anti-Social, considerando-o semi-imputável e indicando cumprimento de medida de segurança,

foi condenado a pena privativa de liberdade, a qual cumpre até os dias atuais em presídio comum.

Pelo exposto, torna-se evidente o total dissenso na jurisprudência brasileira sobre qual tratamento jurídico deve ser despendido às personalidades psicopáticas. Apesar das divergências entre peritos e magistrados, cabe salientar que tais criminosos, na maioria dos casos, independente de serem considerados semi-imputáveis ou imputáveis, cumprem pena privativa de liberdade em presídios comuns, fato que dificulta qualquer tentativa de ressocialização das personalidades antissociais.

3. INEFICÁCIA DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE PARA AS PERSONALIDADES ANTISOCIAIS

O presente capítulo visa expor a principal sanção penal da legislação brasileira, qual seja, a pena privativa de liberdade, e demonstrar a total ineficácia desta para os fins a que se destina ante o cenário atual em que é cumprida. Por fim, visa expor de forma breve, as possíveis soluções para o tratamento das personalidades antissociais.

3.1 Considerações gerais acerca da pena privativa de liberdade

Pena privativa de liberdade trata-se da sanção penal que suprime a liberdade de locomoção do autor do delito por certo período de tempo.

O sistema adotado pelo nosso legislador pátrio para cumprimento de tais penas é o progressivo, conforme preceitua o artigo 112 da Lei n. 7.210/1984. Também é conhecido por inglês ou irlandês, uma vez que seus idealizadores, Alexander Maconochie e Walter Crofton, são dessas respectivas nacionalidades. Por este, o cumprimento da sanção é dividido em etapas, as quais são progressivamente menos severas, destinando-se a reinserir, aos poucos, o sentenciado à sociedade (PRADO, 2011, p. 646-647).

O nosso Código Penal atual instituiu, no *caput* do artigo 33, três regimes de pena, quais sejam, fechado, semiaberto e aberto. Desse modo, o sentenciado pode iniciar o cumprimento de sua pena privativa de liberdade em um desses regimes, a depender da espécie de prisão, da quantidade de pena e de alguns outros fatores, tais como as circunstâncias judiciais definidas pelo artigo 59 do Código Penal e a reincidência. À medida que, regra geral, cumpre ao menos um sexto da pena, preenchidos demais requisitos estabelecidos na legislação, progredirá do regime de pena mais gravoso para o próximo menos severo (NUCCI, 2011, p. 403-404).

Existem três teorias que buscam justificar os objetivos das penas: as teorias absolutas, relativas e mistas. As teorias absolutas defendem a ideia de que a finalidade das penas é a retribuição. Desse modo, pune-se para compensar o mal causado pelo delito, devendo a pena guardar proporção com este. Possui suas origens nas teorias de Kant e Hegel. Os partidários de tal pensamento concebem a pena como desprovida de qualquer fim social, afirmando que caso assim não fosse, o delinquente estaria sendo utilizado como instrumento para causar temor à sociedade, tratando-se de evidente afronta à sua dignidade (PRADO, 2011, p. 627-629).

As teorias relativas defendem como finalidade única das penas a prevenção, ou seja, evitar a prática de novos delitos. A prevenção é concebida em duas vertentes, geral e especial. A prevenção geral volta-se a inibir a prática de novos delitos pela sociedade, seja pela intimidação (prevenção negativa), seja pelo estímulo que a aplicação da pena causa nos integrantes da sociedade para que continuem comportando-se de acordo com o Direito (prevenção positiva). A prevenção especial, por sua vez, volta-se a inibir a prática de novos delitos pelo próprio delinquente, seja de forma positiva, eis que faz com que o mesmo reflita sobre as consequências dos delitos, seja de forma negativa, já que a pena promove sua segregação (GRECO, 2009, p. 490).

Por fim, há a teoria mista ou unitária, segundo a qual a pena deve ser dotada tanto da finalidade retributiva quanto da preventiva. Assim, busca conciliar as duas teorias supra (PRADO, 2011, p. 635). Surgiu no século XX, iniciada por Merkel, e foi adotada pela nossa legislação atual, fato evidenciado pela redação do artigo 59

do Código Penal, o qual dispõe em sua parte final, sobre a necessidade de reprovação e prevenção do crime (GRECO, 2009, p. 491).

3.2 Ineficácia da pena privativa de liberdade

A pena privativa de liberdade é aplicada em nosso país com a finalidade de atender os dois objetivos supra, punição e prevenção. Entretanto, ela não possui o condão de atingir as finalidades para as quais se presta no que tange, até mesmo, aos criminosos comuns, isso devido a diversos problemas que traz em seu âmago, os quais serão vistos logo abaixo.

Inicialmente, cabe ressaltar que o cerceamento da liberdade trata-se da penalidade mais utilizada por nosso ordenamento jurídico, sendo prevista tanto para crimes mais graves, como homicídio, como para delitos de menor potencial ofensivo, como a injúria. Desse modo, os estabelecimentos prisionais reúnem centenas ou até milhares de pessoas diferentes entre si, com graus de periculosidade variados, as quais convivem diariamente em um mesmo ambiente. Por óbvio, essa convivência culmina em um sistema social próprio, o qual não é administrado pelos funcionários do estabelecimento prisional, mas baseia-se no poder que alguns detentos exercem sobre outros (THOMPSON, 2000, p. 21-22).

Desse modo, dentro das prisões há uma subcultura carcerária. Quando um detento adentra tal ambiente, ele sofre uma espécie de adaptação, adquirindo essa cultura própria do cárcere. Thompson (2000, p. 23) chama esse processo de “assimilação”, definindo-o como: “o processo lento e gradual, mais ou menos inconsciente, pelo qual a pessoa adquire o bastante da cultura de uma unidade social, na qual foi colocado, a ponto de se tornar característico dela”.

Com efeito, o sentenciado passa a pensar, falar e agir de modo diferente, internalizando os hábitos e costumes próprios do ambiente no qual foi inserido, sendo as prisões, portanto, verdadeiras escolas do crime. Ressalta-se que essas transformações podem ser de maior ou menor monta. Assim, por exemplo, o preso pode até não adotar as gírias utilizadas no cárcere, mas ele certamente sabe o que elas significam.

Deve-se ponderar ainda que as prisões atuais possuem diversos problemas que comprometem ainda mais qualquer tentativa de reabilitação dos

detentos. O pesquisador Bitencourt (2011, p. 163-164) elenca alguns deles, tais como, maus-tratos; superpopulação carcerária, fato que prejudica a privacidade, as condições de higiene e alojamento, já que a quantidade de detentos em uma mesma cela extrapola a adequada; condições ruins de trabalho, variando desde o ócio até excessiva exploração dos reclusos; abusos sexuais; tráfico de drogas dentro do estabelecimento prisional, muitas vezes propiciado pelos próprios funcionários; e ambiente propício à violência.

No ano de 2009, a Câmara dos Deputados criou uma Comissão Parlamentar de Inquérito a fim de investigar o sistema carcerário brasileiro. As diligências efetuadas apontaram dezenas de irregularidades e afronta aos direitos humanos dos detentos. A superlotação de presos é o primeiro dos males, fato que impossibilita que os presos sejam alocados em celas individuais, conforme determina nossa legislação. Outro problema grave é a higiene precária, eis que em vários estabelecimentos prisionais as celas não possuem banheiros dentro, em outros, encontrou apenas um buraco onde os detentos faziam suas necessidades, local foco de proliferação de insetos e que exala um odor fétido. Várias prisões sofrem ainda com a falta de água, outras até possuem tal líquido, mas este não é limpo e de boa qualidade. Há ainda a deficiência no fornecimento de aparatos para higiene pessoal (BRASIL, 2009, p. 191-197).

A CPI constatou ainda que a comida servida em diversas prisões espalhadas pelo país é de péssima qualidade. No estabelecimento prisional Instituto Penal Paulo Sarasate, no Estado do Ceará, membros da Comissão flagraram os detentos recebendo a comida em saquinhos plásticos, e sendo obrigados a ingeri-la utilizando as mãos, eis que a prisão não fornece os talheres. Com efeito, a desídia do Estado também se dá na assistência psicológica e à saúde dos detentos. Vários foram encontrados em situações de risco que reclamavam atendimento médico e tratamento com remédios específicos, mas que, contudo, ficaram à mercê da própria sorte (BRASIL, 2009, p. 199-210).

A exposição supra, evidencia que a pena privativa de liberdade produz no sentenciado danos psicológicos e físicos, por vezes, irreparáveis, uma vez que se desenvolve em um ambiente com uma subcultura própria, a qual é internalizada pelo preso, e em condições que perfazem evidente afronta aos direitos fundamentais dos

reclusos. Por óbvio, uma pena que traz tais danos ao condenado não tem o condão de atingir o fim ressocializador para o qual também se destina.

A partir dessa conclusão, surge outra indagação: se tal pena fosse cumprida de acordo com as legislações atuais e com respeito aos direitos humanos, ela conseguiria reinserir o condenado à sociedade? Ao que parece, ainda sim ela não conseguiria alcançar esta finalidade. Nesse sentido, Bitencourt (2011, p. 166-167):

A segregação de uma pessoa do seu meio social ocasiona uma desadaptação tão profunda que resulta difícil conseguir a reinserção social do delinqüente (...).

(..) quando se interrompe o ciclo normal de desenvolvimento de uma pessoa se provoca dano irreparável. O isolamento da pessoa, excluindo-a da vida social normal – mesmo que seja internada em uma “jaula de ouro” -, é um dos efeitos mais graves da pena privativa de liberdade, sendo em muitos casos irreversível. É impossível pretender que a pena privativa de liberdade ressocialize por meio da exclusão e do isolamento.

Destarte, é incoerente tentar ressocializar um delinqüente retirando-o da sociedade e o colocando no mesmo ambiente que outros criminosos. Ademais, quando o mesmo cumpre sua pena e volta a viver em sociedade, passa a carregar a marca de ex-detento, a qual lhe prejudica em todos os aspectos de sua vida, inclusive econômica, eis que passa a ser extremamente difícil conseguir uma fonte de remuneração lícita, prejudicando ainda mais o seu retorno à vida livre. Nesse sentido, Dourado (1965, p. 100) dispõe:

Em muitos casos, o regime penitenciário vigente destrói definitivamente o ex-recluso, criando-se uma situação desumana e antieconômica. Dezenas de criminosos nos relataram a impossibilidade de conseguir emprego honesto, ao serem postos em liberdade, unicamente porque foram “marcados” pelo crime e estão sempre sob a mira policial. Será que a pena é uma vingança social eterna? Será que a pena tem por fim propiciar novos crimes sistematicamente? Será, finalmente, que a pena objetiva a morte moral do criminoso para sempre? Estas indagações têm cabimento porque se fundamentam em legiões de exemplos.

Com efeito, a ineficácia desse sistema é latente. Destarte, não sendo apta a recuperar nem mesmo os criminosos comuns, por óbvio, a pena privativa de liberdade terá menos capacidade ainda na ressocialização dos portadores do transtorno de personalidade antissocial. Isso porque as pessoas comuns são capazes de aprender com as experiências, de mudar o comportamento e de sentir

emoções. Já os portadores de tal transtorno, conforme já explanado neste trabalho, não o são. Assim, ainda que tenham sofrido privação da sua liberdade de locomoção, se sentirem vontade de cometer novo delito, simplesmente o farão, sem temor algum de nova represália, já que não possuem sentimentos e nem aprendem com a vivência. O medo de ser isolado novamente da sociedade, no caso do homem comum, poderia até fazê-lo repensar seus atos e frear os impulsos transgressores, mas isso não funciona com as personalidades antissociais.

Tanto assim o é, que: “estudos revelam que a taxa de reincidência (capacidade de cometer novos crimes) dos psicopatas é cerca de duas vezes maior que a dos demais criminosos” (SILVA, 2008, p. 133).

Dessa forma, torna-se evidente que o sistema prisional não é capaz de corrigir e reinserir as personalidades antissociais na sociedade. Assim, submeter os mesmos a tal punição só evitará que cometam novos delitos enquanto estiverem presos, mas no momento que forem postos em liberdade, passarão a delinquir novamente. Com efeito, a pena privativa de liberdade, para com as personalidades antissociais, é totalmente ineficaz para atender o fim preventivo para o qual também se destina, não sendo apta a ressocializá-los.

3.3 Alternativas às sanções penais atuais

Diante do panorama de total ineficácia das sanções penais atualmente aplicadas, o qual foi estudado ao longo desse capítulo, passou-se a pensar em possíveis alternativas à simples aplicação da pena privativa de liberdade e medida de segurança.

O doutrinador José Alves Garcia (1942, p. 418), partindo do pressuposto de que não há como tratar as personalidades psicopáticas, propõe a adoção de prisão perpétua:

(...) nem uma absolvição perigosa e nem uma punição ilógica; mas o direito de defesa social exige que nos pronunciemos por um isolamento definitivo de certos psicopatas, em especial dos recidivistas.

Nesse mesmo sentido, o Deputado Federal Carlos Lapa do PSB/PE apresentou o Projeto de Lei nº 03/2007 Câmara dos Deputados, o qual visava

instituir medida de segurança perpétua para as personalidades antissociais que cometessem assassinatos em série. Contudo, o projeto não foi aprovado.

Outros autores se posicionam pela adoção de determinadas políticas criminais após o cumprimento da sanção penal. Nesse sentido, Nathalia Cristina Soto Banha (2008, s.p.):

(...) deve ser observada pela política criminal para o psicopata que mesmo após o fim da punição, seja ela medida de segurança ou não, ele precisa ser monitorado eternamente, já que possui em si a capacidade de cometer crimes, bastando uma válvula de escape, que pode se dar nas situações mais inusitadas; para isso ele poderia fazer uso da “tornozeleira eletrônica”, de maneira que sempre seria possível achá-lo. Outro ponto interessante é que mesmo em liberdade e com a tornozeleira, ele passasse por perícias periódicas (por uma equipe interdisciplinar) para que fosse analisado como anda seu transtorno.

A psiquiatra Ana Beatriz Barbosa Silva (2008, p. 133/134) defende que, no mínimo as personalidades psicopáticas deveriam cumprir pena em presídios especiais, reservados somente para eles. Justifica tal necessidade pela capacidade de manipulação que tais sujeitos possuem, a qual sempre é utilizada em favor de seus próprios interesses, podendo levar os demais detentos a cometer diversos delitos e envolvê-los em associações criminosas.

De qualquer sorte, ainda não há nenhuma medida concreta adotada pela legislação pátria a fim de coibir de forma específica os delitos praticados por essa categoria especial de transgressores. Assim, estes continuam cumprindo pena ou medida de segurança, medidas estas que não contribuem em nada para evitar novos crimes, deixando a sociedade à mercê desses infratores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É certo que na seara médica, pairam diversas divergências no que tange a assuntos relacionados às personalidades antissociais. Os especialistas não entram em consenso sobre as características, diagnóstico, causas e possibilidade de tratamento de tais sujeitos. Essas discrepâncias prejudicam tanto o estudo da imputabilidade dos psicopatas, como da sanção que a estes se afigura mais adequada.

Com efeito, para que seja configurado o delito, é necessário que seus três elementos estejam presentes, quais sejam, tipicidade, antijuridicidade e culpabilidade. É pressuposto desse último elemento a imputabilidade. Com efeito, para ser considerado imputável, o agente tem que ser inteiramente capaz de conhecer e se determinar acerca do caráter ilícito do fato.

Nesse sentido, há divergências sobre a imputabilidade das personalidades antissociais, sendo que alguns profissionais da saúde o classificam como semi-imputável, considerando-o parcialmente capaz de autodeterminar-se, à medida em que afirmam que o transtorno retira do agente o completo controle de sua vontade. Outros, porém, consideram tal delinquente imputável, julgando-o dotado de plena capacidade de conhecimento e autodeterminação sobre o fato típico e ilícito.

Destarte, essas divergências refletem diretamente na sanção penal a que o criminoso psicopata será submetido, eis que, uma vez reconhecida sua semi-imputabilidade, pode lhe ser aplicada pena ou medida de segurança, diferente da hipótese em que é considerado imputável, na qual, inevitavelmente, lhe será aplicada a pena cabível para o delito que praticou.

De qualquer forma, no cenário atual, ainda que a personalidade antissocial seja considerada semi-imputável, na maioria das vezes, é submetida à pena privativa de liberdade. Contudo, tal sanção penal, conforme já explanado, não é capaz de tratar e ressocializar tais indivíduos.

Desse modo, a pena não é apta a atingir sua finalidade preventiva porque, além ser cumprida fora dos moldes legais, de modo a violar diversos direitos humanos, sua própria estrutura é incompatível com a ressocialização. Ora, como se espera ensinar um criminoso a viver em sociedade, retirando-o desta? Ademais, as personalidades antissociais possuem a peculiar característica de não aprenderem com as experiências vividas. Assim, ainda que tenham tolhida sua liberdade de locomoção, não pensarão duas vezes em cometer novos delitos caso sintam vontade, sem temor algum de nova represália.

Isso posto, há alguns estudiosos que defendem a tomada de outras medidas no que tange aos psicopatas como solução para proteger a sociedade, tais como prisão perpétua, tirando-os definitivamente do convívio com a sociedade, ou prisão especial, a fim de separá-los dos demais condenados.

VICENTINI, Ariane Defendi; PRADO, Florestan Rodrigo do. **EFICÁCIA DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE NO TRATAMENTO DAS PERSONALIDADES ANTISOCIAIS**. ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba PR - Brasil. Ano VIII, nº 14, jan/jun 2016. ISSN 2175-7119.

De qualquer forma, é certo que a principal sanção penal prevista em nossa legislação atual é ineficaz no tratamento das personalidades antissociais, e ainda não há nenhuma medida concreta adotada a fim de coibir os atos praticados por estas, ficando a sociedade à mercê desses criminosos natos.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-5**. Tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento... et al; Revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli... et al. – 5ª ed – Porto Alegre: Artmed, 2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA. **Terapia para psicopatas**. 2012. Retirado em 20/03/2015, no World Wide Web: <<http://www.abp.org.br/portal/terapia-para-psicopatas/>>.

BANHA, Nathalia Cristina Soto. **A resposta do Estado aos crimes cometidos por psicopatas**. Âmbito Jurídico, Rio Grande, XI, n. 59, nov 2008. Retirado em 13/08/2015, no World Wide Web: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=5321>.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal: parte geral**. 17. ed. rev., ampl. e atual. de acordo com a Lei n. 12.550, de 2011. São Paulo: Saraiva, 2012.

_____. **Falência da pena de prisão: causas e alternativas**. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário. **CPI sistema carcerário**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2009. 620 p. – (Série ação parlamentar; n. 384). Retirado em 28/06/2015, no World Wide Web: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/2701>>.

CROCE, Delton; CROCE Júnior, Delton. **Manual de medicina legal**. 3 ed. rev. – São Paulo: Saraiva, 1996.

DOURADO, Luiz Angelo. **Raízes Neuróticas do Crime**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.

FRANÇA, Genival Veloso de. **Medicina Legal**. 9.ed. – Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

VICENTINI, Ariane Defendi; PRADO, Florestan Rodrigo do. **EFICÁCIA DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE NO TRATAMENTO DAS PERSONALIDADES ANTISSOCIAIS**. ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba PR - Brasil. Ano VIII, nº 14, jan/jun 2016. ISSN 2175-7119.

GARCIA, José Alves. **Compendio de psiquiatria**. Rio de Janeiro: A Casa do Livro, 1942.

GLOBO. **Relembre 9 casos de assassinos que chocaram o país com seus crimes**. 2014. Website G1 Globo. Retirado em 18/01/2016, no World Wide Web: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/12/relembre-9-casos-de-assassinos-que-chocaram-o-pais-com-seus-crimes.html>>.

GOMES, Hélio. **Medicina Legal**. Atualizador Hygino Hercules. 33 ed. rev. e atualizada. - Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2004.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal**. 11 ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2009.

HARE, Robert D. **Psicopatas no Divã: entrevista**. 1 de abril de 2009. Website Revista Veja. Entrevista concedida a Laura Diniz. Retirado em 17/01/2015, no World Wide Web: <<http://veja.abril.com.br/010409/entrevista.shtml>>.

_____. **Psicopatia: teoria e pesquisa**. Tradução: Cláudia Moraes Rêgo. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos: 1973.

HERCULES, Hygino de Carvalho. **Medicina Legal – Texto e Atlas**. – São Paulo: Editora Atheneu, 2008.

KAPLAN, Harold I.; SADOCK, Benjamin J. **Compêndio de psiquiatria dinâmica**. Trad. de Helena Mascarenhas de Souza, Maria Cleonice L. Schaun, Maria Cristina R. Goulart, Maria Luiza Silveira e Silvia Ribeiro. 3. ed. – Porto Alegre: Arte Médicas, 1984.

MARANHÃO, Odon Ramos. **Curso básico de Medicina Legal**. 7 ed. – São Paulo: Malheiros Editores, 1995.

_____. **Psicologia do crime**. 2.ed. – São Paulo: Malheiros Editores Ltda., 1991.

MIRABETE, Julio Fabbrini; FABBRINI, Renato N. **Código Penal Interpretado**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de direito penal**. 7ª ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

PALOMBA, Guido Arturo. **Psiquiatria forense: noções básicas**. São Paulo: Sugestões Literárias, 1992.

PRADO, Luiz Regis. **Curso de direito penal brasileiro**. Volume 1: parte geral, arts. 1º a 120. 11 ed. rev. atual. e ampl. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

THOMPSON, Augusto. **A Questão Penitenciária**. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

VICENTINI, Ariane Defendi; PRADO, Florestan Rodrigo do. **EFICÁCIA DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE NO TRATAMENTO DAS PERSONALIDADES ANTISOCIAIS**. ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba PR - Brasil. Ano VIII, nº 14, jan/jun 2016. ISSN 2175-7119.

TRINDADE, Jorge; BEHEREGARAY, Andréa; CUNEA, Mônica R. **Psicopatia – a máscara da justiça**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editoria, 2009.